



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 12/12/2018 17:33:54, faço estes autos conclusos ao  
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.  
 Marcelo Luiz Seixas Cabral. Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0026749-35.2005.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **EMBARGOS A EXECUÇÃO**  
 Embargante: **Maria Oliva Broggio Me e outros**  
 Embargado: **Banco Sudameris Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Os autos encontram-se arquivados e sem qualquer movimentação pela parte interessada há mais de 6 (seis) anos, contando-se da data em que foram levados ao arquivo por inércia dos embargantes-credores em 05.09.2012.

Na verdade, o patrono dos embargantes fora desidioso deixando transcorrer prazo superior ao lapso prescricional previsto para dar início à fase de cumprimento de sentença relativa à verba honorária sucumbencial, que seria, *in casu*, 5 (cinco) anos.

Assim, considerando o lapso temporal transcorrido entre a data em que os autos foram arquivados e a data atual, e, tratando-se de verba honorária sucumbencial, há de ser reconhecida a prescrição, com fundamento no art. 206, § 5º, inciso II do Código Civil.

Ante o exposto e do mais que dos autos consta **RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO EXECUTIVO**, nos termos do art. 924, V, do CPC, face a ocorrência de prescrição da pretensão executória.

PI e ao arquivo.

São Carlos, 12 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

#### DATA

Na data supra, foram-me dados estes autos.  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escr., imprimir e subscrevi.